

MATRIZ DA PROVA DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 357/2007, DE 29 DE OUTUBRO

(Duração: 90 minutos + 30 minutos de tolerância)

HISTÓRIA A – 10º e 11º ANOS

(Cursos Científico-Humanísticos – Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março)

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
<p>Módulo 1 RAÍZES MEDITERRÂNICAS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA – CIDADE, CIDADANIA E IMPÉRIO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA</p>	<p>2. O modelo romano</p> <p>2.2. A afirmação imperial de uma cultura urbana pragmática</p> <ul style="list-style-type: none"> - A padronização do urbanismo e a fixação de modelos arquitectónicos e escultóricos. - A apologia do Império na épica e na historiografia; a formação de uma rede escolar urbana uniformizada. <p>2.3. A romanização da Península Ibérica, um exemplo de integração de uma região periférica no universo imperial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever o urbanismo romano. - Demonstrar a influência helénica na cultura romana. - Caracterizar diferentes manifestações culturais romanas. - Definir romanização. - Explicitar os factores decisivos do processo de romanização. - Descrever as particularidades do processo de romanização na Península Ibérica. 	<p>1 x 30 pontos (um item de resposta em alternativa a um item do módulo 2)</p>
<p>Módulo 2 DINAMISMO CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL NOS SÉCULOS XIII A XIV – ESPAÇOS, PODERES E VIVÊNCIAS</p>	<p>2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico</p> <p>2.4. O poder régio, factor estruturante da coesão interna do reino</p> <ul style="list-style-type: none"> - A centralização do poder – justiça, fiscalidade e defesa; a reestruturação da administração central e local – o reforço dos poderes da chancelaria e a institucionalização das Cortes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a monarquia feudal. - Descrever a progressiva centralização do poder régio. - Demonstrar o fortalecimento do poder real face ao poder senhorial e aos concelhos. - Demonstrar a afirmação de Portugal no contexto ibérico. 	<p>1 x 30 pontos (um item de resposta em alternativa a um item do módulo 1)</p>

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
<p>Módulo 2 (cont.) DINAMISMO CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL NOS SÉCULOS XIII A XIV – ESPAÇOS, PODERES E VIVÊNCIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O combate à expansão senhorial e a promoção política das elites urbanas. - A afirmação de Portugal no quadro político ibérico. 		
<p>Módulo 3 A ABERTURA EUROPEIA AO MUNDO – MUTAÇÕES NOS CONHECIMENTOS, SENSIBILIDADES E VALORES NOS SÉCULOS XV E XVI</p>	<p>2. <u>O alargamento do conhecimento do Mundo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O contributo português: inovação técnica; observação e descrição da Natureza. <p>3. <u>A reinvenção das formas artísticas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Imitação e superação dos modelos da Antiguidade. - A centralidade do observador na arquitectura e na pintura: a perspectiva matemática; a racionalidade no urbanismo. A expressão naturalista na pintura e na escultura. - A arte em Portugal: o gótico-manuelino e a afirmação das novas tendências renascentistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sintetizar os progressos da matemática e da cartografia nos séculos XV e XVI. - Demonstrar o papel dos Estados ibéricos na apropriação do espaço planetário. - Avaliar os contributos da Expansão para o progresso de diferentes domínios do saber. - Sublinhar a importância da observação e da experiência na construção dos novos saberes. - Distinguir o experiencialismo de ciência moderna. - Integrar os novos modelos artísticos no contexto de oposição ao gótico e de valorização da Antiguidade. - Demonstrar a influência da Antiguidade Clássica na arte do Renascimento. - Demonstrar a superação dos modelos clássicos pelos artistas do Renascimento. - Integrar o estilo manuelino na continuidade e renovação do estilo gótico. - Caracterizar a pintura, a escultura e a arquitectura renascentistas em Portugal. 	<p>1 x 30 pontos (um item de resposta obrigatória)</p>

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
<p>Módulo 4 A EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII – SOCIEDADE, PODER E DINÂMICAS COLONIAIS</p>	<p>3. <u>Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII</u></p> <p>3.2. A hegemonia económica britânica: condições de sucesso e arranque industrial</p> <p>3.3. Portugal – dificuldades e crescimento económico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da crise comercial de finais do século XVII à apropriação do ouro brasileiro pelo mercado britânico. - A política económica e social pombalina. A prosperidade comercial de finais do século XVIII. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a revolução agrícola inglesa. - Definir mercado nacional. - Explicar a importância do alargamento dos mercados. - Identificar os progressos do sistema financeiro. - Justificar a prioridade inglesa na revolução industrial. - Explicar a adopção de medidas mercantilistas em Portugal no último quartel do século XVII. - Relacionar o retrocesso das políticas mercantilistas com a descoberta do ouro brasileiro. - Integrar Portugal no contexto da economia-mundo centrada em Londres. - Caracterizar a política económica pombalina. 	<p>2 x 30 pontos (dois itens de resposta obrigatória)</p>
<p>Módulo 5 O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX</p>	<p>4. <u>A implantação do liberalismo em Portugal</u></p> <p>4.1. Antecedentes e conjuntura (1807 a 1820)</p> <p>4.2. A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834); precariedade da legislação vintista de carácter socioeconómico; desagregação do império atlântico. Constituição de 1822 e Carta Constitucional de 1826</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar a progressiva difusão dos ideais liberais na sociedade portuguesa do Antigo Regime. - Explicar os factores que conduziram às invasões francesas em Portugal no século XIX. - Relacionar as invasões francesas com a ida da Corte para o Brasil e a dominação inglesa em Portugal. - Justificar a Revolução Liberal de 1820. - Caracterizar a Constituição de 1822. - Justificar o fracasso do vintismo. - Caracterizar a Carta Constitucional de 1826. 	<p>1 x 50 pontos (dois itens em alternativa, sendo obrigatória a resposta a um deles)</p>

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
Módulo 5 (cont.) O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX		<ul style="list-style-type: none"> - Explicitar as dificuldades de implantação do liberalismo em Portugal. - Reconhecer a importância da obra legislativa de Mouzinho da Silveira. - Caracterizar o setembrismo. - Caracterizar o cabralismo. 	
Módulo 6 A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL – ECONOMIA E SOCIEDADE; NACIONALISMOS E CHOQUES IMPERIALISTAS	<p>2. <u>A sociedade industrial e urbana</u></p> <p>4. <u>Portugal, uma sociedade capitalista dependente</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As transformações do regime político na viragem do século: os problemas da sociedade portuguesa e a contestação da monarquia; a solução republicana e parlamentar – a Primeira República. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sintetizar as críticas ao regime monárquico português. - Sublinhar a importância política do 5 de Outubro de 1910. - Caracterizar o regime estabelecido pela Constituição de 1911. - Analisar a concretização do ideário republicano. 	1 x 30 pontos (um item de resposta obrigatória)
Total			200 Pontos

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

**MATRIZ DA PROVA DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI
Nº 357/2007, DE 29 DE OUTUBRO**

HISTÓRIA A – 10º e 11º ANOS

INDICAÇÕES GERAIS

OBJECTO DA AVALIAÇÃO

- A prova tem por referência o Programa de História A em vigor.
- A prova incide, exclusivamente, sobre os conteúdos de aprofundamento contidos na matriz e os conceitos estruturantes comuns fixados nos módulos que integram os programas de cada ano de escolaridade.
- A prova é composta por oito itens, sendo obrigatória a resposta a seis itens.
- Os itens constantes do módulo 1 – O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX – e do módulo 2 – A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL – ECONOMIA E SOCIEDADE, NACIONALISMOS E CHOQUES IMPERIALISTAS – são em alternativa. Caso o examinando responda aos dois itens, apenas será cotado o item que foi respondido em primeiro lugar.
- De igual modo, o examinando apenas deverá responder a **um** dos dois itens cotados com 50 pontos, seguindo-se o procedimento acima indicado, caso responda aos dois.
- Todos os itens são introduzidos por documentação de natureza diversa relativa ao tema em análise.
- Todos os itens exigem a análise dos documentos apresentados.
- Os itens cotados com 50 pontos exigem maior desenvolvimento sendo aconselhável que sejam fornecidos ao aluno os tópicos de desenvolvimento.
- Em todos os itens, cerca de 10% da cotação é atribuída à comunicação em língua portuguesa.
- As cotações da prova encontram-se indicadas na matriz.
- A prova termina com a palavra FIM.

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

- A classificação da prova deve respeitar critérios gerais e critérios específicos.
- Os critérios gerais orientam a análise de todas as respostas. Os critérios específicos encontram-se adstritos a cada item.
- No âmbito da aplicação dos critérios gerais, devem ser respeitados os aspectos e procedimentos abaixo indicados.

1. Atribuição da classificação por níveis de desempenho

- Todas as classificações são atribuídas pela inserção da resposta do examinando num nível de desempenho, respeitante quer às competências próprias da disciplina de História, quer às competências de comunicação escrita em língua portuguesa.
- As classificações a atribuir a cada item são obrigatoriamente expressas num número inteiro de pontos.

2. Aplicação dos critérios gerais relativos à disciplina de História

- Todas as respostas devem ser analisadas, considerando os seguintes aspectos:
 - Relevância da resposta relativamente à questão formulada no item;
 - Forma como a fonte é explorada, sendo valorizada a interpretação e não a mera paráfrase; correcção na transcrição de excertos das fontes e pertinência desses excertos como suporte de argumentos, sendo valorizada até 15% da cotação total da questão;
 - Mobilização de informação circunscrita ao assunto em análise;
 - Domínio da terminologia específica da disciplina.
- A resposta implausível ou irrelevante perante o solicitado no item e o estabelecido nos critérios específicos de classificação recebe classificação de zero pontos.
- Se a resposta contiver elementos errados de informação histórica não solicitada, estes só serão tidos em conta se forem contraditórios com elementos correctos no mesmo item. Nesta eventualidade, os elementos correctos não serão valorizados.

3. Aplicação dos critérios específicos relativos à disciplina de História

- Os critérios específicos de classificação serão definidos em função da prova a elaborar nas escolas mas deverão igualmente estruturar-se por níveis de desempenho, tendo em atenção as competências específicas enunciadas no programa da disciplina de História A.

4. Avaliação do desempenho na comunicação escrita em língua portuguesa

- Em todos os itens, para além das competências específicas da disciplina, são também avaliadas competências de comunicação em língua portuguesa, tendo em consideração os níveis de desempenho que a seguir se descrevem:

Nível 3 – Composição bem estruturada, sem erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, ou com erros esporádicos, cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou de rigor de sentido.

Nível 2 – Composição razoavelmente estruturada, com alguns erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou de sentido.

Nível 1 – Composição sem estruturação, com presença de erros graves de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, com perda frequente de inteligibilidade e/ou de sentido.